



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 1, art. 2, p. 28-53, jan. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.1.2>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



Compras Públicas Sustentáveis: Uma Revisão Sistemática sobre Barreiras e Soluções

Sustainable Public Procurements: A Systematic Review about Barriers and Solutions

Elton Andrade Bezerra

Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL
elton.bezerra@delmiro.ufal.br

Victor Henrique de Souza Santos

Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL
vsouzant@gmail.com

Rodrigo César Reis de Oliveira

Doutor em Administração pela UFBA
Professor da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da UFAL
rodrigo.oliveira@feac.ufal.br

Monique Silva de Godoi Martins

Mestranda em Administração Pública UFAL
monique.godoi@eenf.ufal.br

Endereço: Elton Andrade Bezerra

Universidade Federal de Alagoas, Av. Lourival Melo
Mota s/n, Tabuleiro Martins – Maceió/AL. Brasil.

Endereço: Victor Henrique de Souza Santos

Universidade Federal de Alagoas, Av. Lourival Melo
Mota s/n, Tabuleiro Martins – Maceió/AL. Brasil.

Endereço: Rodrigo César Reis de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas, Av. Lourival Melo
Mota s/n, Tabuleiro Martins – Maceió/AL. Brasil.

Endereço: Monique Silva de Godoi Martins

Universidade Federal de Alagoas, Av. Lourival Melo
Mota s/n, Tabuleiro Martins – Maceió/AL. Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues

Artigo recebido em 26/11/2025. Última versão
recebida em 08/12/2025. Aprovado em 09/12/2025.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

O presente artigo de revisão sistemática objetiva analisar a produção científica recente sobre Compras Públicas Sustentáveis (CPS), categorizando os desafios e facilitadores encontrados como barreiras e soluções propostas pela literatura. Utilizou-se o protocolo PRISMA 2020, garantindo clareza e transparência quanto aos métodos. Através da análise de artigos coletados das bases Web of Science e Scopus, foram identificadas as principais práticas de CPS e as barreiras para sua implementação enfrentadas por organizações públicas, incluindo a falta de capacitação, percepção de altos custos e necessidade de regulamentações mais adequadas. O estudo ressalta a importância das CPS como instrumento de política pública para o desenvolvimento sustentável, destacando a necessidade de estratégias direcionadas, capacitação dos atores envolvidos nos processos de compras, mudanças na cultura organizacional e elaboração de políticas específicas para promover práticas eficazes que superem as barreiras de implementação.

Palavras-chave: Compras Públicas Sustentáveis. Sustentabilidade. Revisão Sistemática. Prisma 2020.

ABSTRACT

This systematic review article aims to analyze recent scientific production on Sustainable Public Procurement (SPP), categorizing the identified challenges and facilitators as barriers and solutions proposed in the literature. The PRISMA 2020 protocol was used to ensure clarity and transparency in the methods. Through the analysis of articles collected from the Web of Science and Scopus databases, the main SPP practices and the barriers faced by public organizations in their implementation were identified, including lack of training, perception of high costs, and the need for more adequate regulations. The study highlights the importance of SPP as a public policy instrument for sustainable development, emphasizing the need for targeted strategies, training of the actors involved in procurement processes, changes in organizational culture, and the formulation of specific policies to promote effective practices that overcome implementation barriers.

Keywords: Sustainable Public Procurement. Sustainability. Systematic Review. Prisma 2020.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, a conscientização coletiva sobre a necessidade de reduzir a degradação ambiental resultante do atual modelo de produção foi intensificada, levando a política internacional na direção da criação de esforços conjuntos para mitigar os efeitos climáticos adversos provocados pela ação humana (SANTOS, 2024). O estabelecimento de acordos internacionais refletiu a crescente urgência em abordar as mudanças climáticas e promover desenvolvimento sustentável global. Essa conscientização impulsionou a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, tornando práticas de sustentabilidade parte essencial do *ethos* operacional de diversas organizações, inclusive aquelas de natureza altamente exploratória e com elevado potencial poluidor (FRITZ; SILVA; TOUBOULIC, 2022).

Em 2015, a Cúpula das Nações Unidas lançou a Agenda 2030, estabelecendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um plano global para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a prosperidade (ONU, 2024). Composta por 17 Objetivos e 169 metas monitoradas por 247 indicadores, a Agenda inclui o ODS nº 12, “Consumo e Produção Sustentáveis”; uma de suas metas é a adoção de Compras Públicas Sustentáveis (CPS, ou *Sustainable Public Procurement*, SPP, em inglês), que objetiva integrar critérios ambientais e sociais nos processos de compras públicas (BRAMMER; WALKER, 2011). O potencial das compras públicas para transformar padrões de mercado torna-se evidente ao considerar que, em 2018, cerca de 12% do PIB mundial foi destinado a despesas governamentais (BOSIO; DJANKOV, 2020).

Conforme exposto por Rosset e Finger (2016), há um crescimento significativo na produção acadêmica sobre políticas públicas sustentáveis ao longo dos anos, incluindo as CPS. O tema também está presente em fóruns mundiais e encontros internacionais sobre desenvolvimento sustentável, além de ser discutido em ambientes acadêmicos e nas arenas de formulação de políticas públicas (ARCE, 2023), o que reforça sua relevância.

Apesar do reconhecimento da importância das CPS, sua implementação enfrenta desafios substanciais, como a falta de capacitação técnica, percepção de altos custos, limitações regulatórias e inconsistências na integração de critérios ambientais e sociais nos processos de aquisição pública em diferentes contextos institucionais e geográficos (JIMENEZ; LOPEZ; ESCOBAR, 2019; MONTALBÁN-DOMINGO, 2020). Influência de múltiplos *stakeholders*, diversidade de variáveis envolvidas e dificuldades enfrentadas pelos

servidores dos setores de compras em avaliar e aplicar os critérios de sustentabilidade exigidos legalmente (CASTRO; MASCENA, 2022) tornam os processos decisórios mais complexos e podem comprometer os objetivos de sustentabilidade a longo prazo. Percebendo essa lacuna, os autores do presente artigo realizaram esta pesquisa no intuito de contribuir com a literatura científica sobre o tema.

Desse modo, este trabalho propõe uma revisão sistemática sobre a implementação das Compras Públicas Sustentáveis e suas barreiras e soluções apresentadas pela literatura, analisando a produção científica relativa a trabalhos publicados entre os anos de 2021 e 2024, utilizando como metodologia a Declaração PRISMA 2020, idealizada por um grupo de pesquisadores como um conjunto de diretrizes para melhorar a transparência e qualidade na elaboração de revisões sistemáticas e meta-análises através do uso de um fluxograma que garanta transparência e repetibilidade (SILVA *et al.*, 2023).

Consoante esta metodologia, os resultados deste trabalho buscam responder às seguintes questões de pesquisa centrais:

- a) "Quais as principais barreiras impeditivas à implementação das CPS verificadas na literatura científica recente?"
- b) "Quais propostas são apresentadas pelos autores para solucionar ou atenuar estes desafios?"

Espera-se, assim, contribuir para a compreensão do papel das CPS enquanto ferramenta de transformação eficaz, ao passo em que se revelam os pontos críticos que impedem sua total utilização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A crescente relevância do tema tem impulsionado diferentes abordagens na análise da produção acadêmica recente sobre CPS, destacando-se o enfoque nas barreiras de implementação, que permite compreender os desafios práticos e fatores críticos para o sucesso dessas políticas. Como exemplo, Santos, Scotelano e Reis (2024) concentraram-se na identificação de produções que exploram as dificuldades específicas na implementação das CPS, abordando uma perspectiva de análise comparativa e integrativa entre as diferentes visões presentes na literatura.

Outros estudos investigaram a interação das CPS com políticas públicas complementares, contribuindo para uma visão holística sobre sua aplicabilidade. Abiddin e Akinyemi (2024) analisaram a intersecção entre políticas de compras sustentáveis e práticas

modernas de taxação em contextos africanos, evidenciando como esses fatores se reforçam mutuamente para promover a sustentabilidade econômica e social. Molin, Martin e Bjoörklund (2021) exploraram o papel das CPS na aquisição de gêneros alimentícios, destacando as implicações dessas políticas para a segurança alimentar e a sustentabilidade na cadeia de abastecimento. Essas abordagens mostram a diversidade temática e o potencial das CPS em diferentes contextos.

Santos e Reis (2021) realizaram uma Revisão Sistemática da Literatura focada na gestão de riscos em CPS. Essa investigação elucidou as complexidades associadas à integração de critérios sustentáveis nos processos de compras públicas, principalmente devido à necessidade de avaliar fatores como riscos econômicos e operacionais, que poderiam obstruir a implementação de práticas sustentáveis por entidades governamentais. O trabalho ressalta a importância de incorporar abordagens de mitigação de risco nas estruturas das CPS.

Souza, Xavier e Mello (2021) conduziram uma revisão abrangendo o período de 2016 a 2020, objetivando examinar se as CPS representam uma preocupação global e em que medida as práticas sustentáveis têm sido efetivamente incorporadas aos processos de compras públicas. Concluíram que, embora haja um crescente reconhecimento da importância das CPS, a adoção prática ainda apresenta grandes variações regionais, com lacunas de implementação em países com menor desenvolvimento institucional. Esse estudo reforça a relevância de harmonizar as CPS com as políticas e capacidades institucionais locais, para assegurar sua efetividade global.

Por outro lado, Rejeb *et al.* (2023) analisaram o tema por meio de uma Rede Sistemática de Citações. Esse método permitiu mapear a evolução do estudo das CPS, identificando os principais autores e temas que contribuíram para o desenvolvimento desse campo de pesquisa. A análise de citações sistemáticas oferece uma perspectiva única sobre as influências e lacunas existentes, destacando a interdependência entre as CPS e outras iniciativas ambientais.

Esses estudos evidenciam a diversidade metodológica na exploração do campo das CPS e destacam a necessidade de desenvolver abordagens adaptativas e inovadoras para enfrentar os desafios da sustentabilidade em compras públicas. A literatura reforça o papel transformador das CPS como prática sustentável e instrumento estratégico para a mudança de paradigma nas políticas públicas e no comportamento de mercado (BOSIO; DJANKOV, 2020), além de apontar que, apesar do crescente reconhecimento de sua importância, ainda há desafios relevantes para uma maior integração entre as políticas de compras e os ODS.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 O Protocolo de Pesquisa Adotado na RSL

O presente trabalho consiste em uma revisão sistemática, utilizando como protocolo a Declaração PRISMA 2020¹. Trata-se de uma diretriz desenvolvida para auxiliar revisores sistemáticos a relatar em seus trabalhos de forma clara e transparente o porquê da revisão, os métodos empregados e resultados encontrados. Sendo uma atualização da versão anterior de 2009, conta com uma lista de checagem de 27 itens recomendados e um modelo de fluxograma, bem como orientações para garantir um trabalho mais completo, padronizado, de fácil compreensão e reprodutibilidade, diminuindo o risco de viés e promovendo a integridade da pesquisa científica (GALVÃO; TIGUMAN, 2022).

3.2 Fonte de Coleta dos Estudos Primários

As bases de dados utilizadas para a obtenção de documentos foram a *Web of Science* e a *Scopus*, duas das principais bases de dados de citações científicas do mundo, amplamente utilizadas na pesquisa acadêmica por oferecerem ampla gama de recursos e ferramentas para revisões bibliográficas.

A *Web of Science* foi lançada em 1964 pela *ClarivateAnalytic*. Trata-se de uma base de dados bibliográfica de artigos acadêmicos, compilados de mais de 22.000 periódicos revisados por pares em todo o mundo (Costa; Silva; Assunção, 2023). A escolha desta plataforma se dá pela sua relevância já consolidada no meio acadêmico, sua abrangência e sua elevada qualidade, sendo inclusive a base que dá origem ao *Journal Citation Report (JCR)*, que é o fator de impacto dos periódicos (LACERDA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012).

A *Scopus*, por sua vez, é uma base de dados de resumos e citações que conta com uma cobertura mais ampla de indexação, possuindo, atualmente, mais de 91 milhões de registros de mais de 7.000 editoras diferentes. Oferece ferramentas para acompanhamento, análise e visualização de pesquisas adequados para análises bibliográficas através de indexação ampla e atualizações diárias (ELSEVIER, 2024). A escolha desta plataforma se dá por sua já consagrada relevância no cenário acadêmico internacional, sendo uma das maiores bases de dados multidisciplinares e que conta com elevada qualidade na seleção e revisão dos periódicos indexados (GOUVÊA *et al.*, 2022).

1 <https://www.prisma-statement.org/>

3.3 Critérios Definidos Para a Seleção dos Artigos do Corpus

Os critérios de elegibilidade da pesquisa incluíram artigos e artigos de revisão publicados no recorte temporal de 2021 a 2024 e que trouxessem a expressão "*Sustainable Public Procurement*" em seu título, resumo ou palavras-chave. Além disso, foram consideradas apenas as publicações que fossem de livre acesso, desconsiderando as que exigissem algum tipo de assinatura ou que apresentassem limitações no acesso. Como critérios de exclusão, foram excluídos documentos em que não constem resumo, que não possuem DOI, que não tenham relação com o tema de estudo, artigos em formato que não o de pesquisa científica, que mencionasse Compras Públicas Sustentáveis, porém se limitassem a obras e serviço de engenharia. A definição desses critérios busca trazer validade aos resultados do estudo, avaliando corretamente a relevância e a qualidade das publicações analisadas. A seleção criteriosa dos documentos visa garantir que os artigos incluídos tratem efetivamente do tema CPS em um contexto de compras de materiais e práticas relacionadas à implementação e enfrentamento de desafios decorrentes destas práticas. Dessa forma, esta revisão pretende fornecer uma análise sólida e baseada em evidências, refletindo as discussões e práticas mais atuais e pertinentes sobre o tema.

3.4 Definição das Palavras-chave e Formulação da String de Busca

As consultas a ambas as bases de dados citadas anteriormente foram realizadas durante o mês de outubro de 2024. As palavras-chave utilizadas nesta revisão foram definidas de acordo com as perguntas norteadoras de pesquisa propostas. Buscou-se o termo "Compras Públicas Sustentáveis" escrito com sua tradução em inglês, utilizando aspas. Após isto, limitou-se o tipo de documento para Artigos e Artigos de Revisão, subsequentemente refinando a busca para artigos dos últimos 4 anos e que fossem de acesso aberto, resultando na seguinte string de busca: "*Sustainable Public Procurement*" (All Fields) and Article or Review Article (Document Types) and 2021 or 2022 or 2023 or 2024 (Publication Years) and Open Access.

3.5 Etapas da Pesquisa

O processo de elaboração foi realizado em 4 etapas: 1) Análise do tema e definição das perguntas que norteiam os objetivos do trabalho, conforme apresentado na Introdução. 2) A segunda etapa consistiu nas buscas através das bases de dados *Web of Science* e *Scopus*,

localizando documentos que tratassem do tema e, posteriormente, efetuando a triagem segundo os parâmetros automatizados definidos, bem como excluindo os documentos duplicados. 3) A terceira etapa constituiu-se da leitura dos resumos pelos pesquisadores, bem como a exclusão de artigos que não apresentassem resumo ou DOI e aqueles cujo conteúdo tivesse pouca aderência ao tema. 4) A quarta e última etapa consistiu na leitura crítica dos trabalhos restantes, sintetizando o conteúdo daqueles cuja análise poderia responder às perguntas norteadoras. Um infográfico com estas informações é apresentado na Figura 1:

Figura 1 - Etapas de elaboração do estudo



Fonte: elaborado pelos autores

Todo o procedimento de triagem e revisão foi realizado por dois pesquisadores de forma independente, classificando sistematicamente os trabalhos de acordo com autores, ano da publicação, metodologia adotada e resultados apresentados.

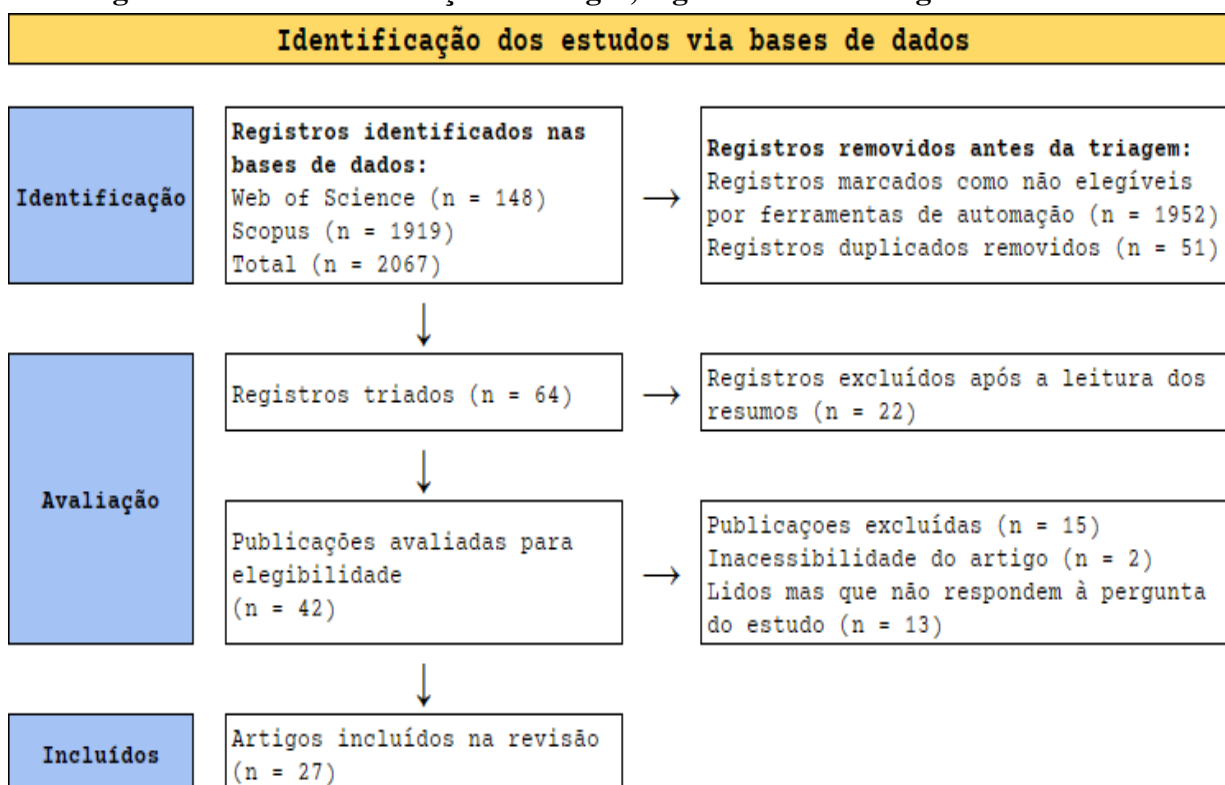
4 RESULTADOS: ANÁLISE DO CORPUS TEXTUAL

4.1 Aderência dos Artigos do Corpus

Foram localizados 148 documentos na base *Web of Science*, enquanto na base *Scopus* este número foi de 1919 documentos, perfazendo um total de 2.067 (dois mil e sessenta e sete). A filtragem posterior, utilizando as ferramentas automatizadas presentes nos próprios sítios de busca, removeu os documentos não elegíveis para o estudo, ao passo que o processo de identificação e remoção dos artigos duplicados se deu de forma manual pelos pesquisadores, resultando na eliminação de 1952 documentos. Foi feita, então, a triagem com

os 64 artigos restantes, através da leitura dos resumos e aplicação dos critérios de elegibilidade, dos quais 42 foram selecionados. Destes, 2 artigos não puderam ser acessados pelos pesquisadores, pois exigiam algum tipo de assinatura. Após a leitura integral dos textos restantes, mais 13 foram desconsiderados, pois não respondiam às perguntas do estudo, ou seja, não apontavam barreiras de implementação das CPS, nem apresentavam propostas de solução. Todo o processo pode ser visualizado de forma esquematizada através do fluxograma na Figura 2, abaixo:

Figura 2 - Processo de seleção de artigos, segundo a metodologia Prisma 2020



Fonte: elaborado pelos autores

4.2 Categorias de Análise

A partir do estudo dos artigos, organizamos os resultados em 8 categorias de análise distintas, de forma que cada uma destas representa uma barreira específica para a implementação das CPS. Essa classificação permite identificar quais obstáculos foram mais recorrentes na literatura e facilita a compreensão dos obstáculos enfrentados na prática das compras públicas. Dessa forma, foi possível abordar de maneira estruturada quais estudos discutem quais tipos de barreiras, bem como investigar as soluções propostas pelos estudos para cada um destes impedimentos. As categorias de análise para a construção do panorama sobre o tema são as apresentadas na Figura 3.

Cada uma dessas categorias de análise representa um aspecto crítico identificado que influencia a implementação das CPS. Estratégia oficial refere-se à ausência de uma política consolidada e orientações claras que direcionam as práticas de CPS, limitando a padronização e dificultando a aplicação de critérios sustentáveis. A falta de treinamento adequadamente direcionado aos envolvidos no processo de compras é outra barreira, uma vez que o processo de compras públicas é complexo e a exigência adicional de conhecimento sobre práticas sustentáveis é essencial para garantir a adesão às diretrizes morais e legais. A comunicação entre os atores reflete os desafios de coordenação e alinhamento entre diferentes departamentos e *stakeholders*; solicitantes, compradores e fornecedores podem não manter um bom diálogo entre si, o que muitas vezes gera falta de alinhamento na busca pelos objetivos sustentáveis.

Figura 3 - Categorias de análise

01	Estratégia oficial	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de uma Estratégia Pública eficiente, com objetivos e indicadores claros.
02	Treinamento inadequado	<ul style="list-style-type: none">• Baixa (ou insuficiente) capacidade técnica dos atuantes nos processos;
03	Comunicação entre atores	<ul style="list-style-type: none">• Fraca comunicação entre solicitantes, compradores, fornecedores.
04	Legislação difusa	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de requisitos legais claros de políticas e implementação.
05	Falta de recursos	<ul style="list-style-type: none">• Escassez de recursos para compradores;• Barreiras de entrada para fornecedores.
06	Cultura organizacional	<ul style="list-style-type: none">• Comportamentos proibitivos envolvendo autoridades, consumidores e produtores.
07	Tamanho da organização	<ul style="list-style-type: none">• Organizações menores têm maior custo médio dos contratos.
08	Limitações técnicas	<ul style="list-style-type: none">• Limitações tecnológicas e necessidade de inovação.

Fonte: elaborado pelos autores

A legislação difusa diz respeito às inconsistências ou lacunas nas regulamentações que tratam de compras sustentáveis, tornando o processo menos acessível e mais complexo para os agentes públicos. A falta de recursos abrange tanto recursos financeiros quanto humanos, limitando a capacidade de implementar práticas que demandem investimentos em tecnologia ou treinamento adicional, ou mesmo para adquirir produtos mais sustentáveis, porém de maior custo. A cultura organizacional também se mostra uma barreira quando os envolvidos manifestam resistência às mudanças necessárias para integrar a sustentabilidade nos processos de compra, apresentando o apego às práticas convencionais.

Além disso, o tamanho da organização pode influenciar a capacidade de adotar CPS. Organizações menores frequentemente possuem menos estrutura e flexibilidade para implementar mudanças robustas e, devido ao ganho de escala, países com economias menores têm maior valor médio por contrato (MANTA *et al.*, 2022). Por fim, as limitações técnicas envolvem barreiras tecnológicas e operacionais que dificultam a adoção de processos sustentáveis, o que inclui a necessidade de inovação e adoção de novas tecnologias.

Abaixo, na Figura 4, temos o esquema de organização segundo a frequência de cada estudo, oferecendo uma visão estruturada e facilitada das principais barreiras identificadas para a implementação das CPS. Esta organização visual ajuda a sintetizar os pontos de atenção destacados pela literatura consultada, tornando mais clara a relação entre cada barreira e sua frequência nos estudos analisados, além de contribuir para a identificação das áreas que demandam maior atenção e soluções específicas.

Figura 4 - Abordagem da literatura

Categorias de Análise									
	Autores	01	02	03	04	05	06	07	08
1	Zhang; Zhang; Dijk, 2022	✓	✓	✓	✓				
2	Giamberardino; Gadda; Nagalli, 2024								✓
3	Mendonça; Pedrosa; Camara, 2021		✓	✓			✓		
4	Lozano; Santos; Barreiro-Gen, 2022			✓					✓
5	Páleníková <i>et al.</i> , 2022	✓		✓	✓			✓	
6	Berg <i>et al.</i> , 2022	✓	✓	✓		✓	✓		✓
7	Cao; Li; Cao, 2022	✓			✓				✓
8	Manta <i>et al.</i> , 2022			✓		✓	✓	✓	
9	Li; Cao, 2023	✓		✓	✓		✓	✓	
10	De Rosa <i>et al.</i> , 2023	✓	✓	✓		✓		✓	✓
11	Bucea-Manea-Tonis, <i>et al.</i> , 2021	✓		✓	✓	✓	✓	✓	
12	Arce, 2023	✓		✓	✓			✓	
13	Molin; Martin; Björklund, 2021						✓		
14	Hamilton, 2021	✓					✓		
15	Fernández-Pérez; Luque-Vílchez, 2022	✓	✓						
16	Perez <i>et al.</i> , 2022				✓				✓
17	Arce, 2022	✓			✓			✓	
18	Olsson; Öjehag-Pettersson; Granberg, 2021			✓			✓		✓
19	Caranta, 2023						✓		
20	Daskalova-Karakasheva <i>et al.</i> , 2024	✓			✓	✓	✓		✓
21	Behraves, 2022							✓	✓
22	Lopes, 2023	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
23	Goiria, 2022		✓		✓		✓		
24	El Haddadi, 2021		✓				✓		✓
25	Couckuyt, 2023	✓	✓			✓	✓	✓	✓
26	Giamberardino <i>et al.</i> , 2022					✓			
27	Amalia <i>et al.</i> , 2024				✓				
Total		14	9	12	12	8	14	9	11

Fonte: elaborado pelos autores

4.3 Relação entre as categorias de análise e a literatura científica

A seguir, apresentamos as interações encontradas entre os artigos e as categorias, verificando sua abordagem no campo das compras públicas sustentáveis, com o objetivo de compreender quais desafios são mais recorrentes e como são abordados na literatura, bem como verificar, quando presentes, quais soluções foram sugeridas para superar cada uma das barreiras identificadas.

4.3.1 Estratégia oficial

A ausência de esforços direcionados estrategicamente para o alcance dos objetivos de desenvolvimento nas compras públicas é preocupação relevante na literatura consultada.

Apenas uma obrigação legislativa não basta se desconsiderar as nuances desse processo complexo e os governos, quando responsáveis, não devem simplesmente adotar uma abordagem única e genérica para promover o desempenho das instituições e suas atribuições (PÁLENÍKOVÁ *et al.*, 2022; LI; CAO, 2023).

Além disso, a falta de gestão estratégica e comprometimento do alto escalão com as CPS se torna grande obstáculo para aquisições mais sustentáveis em instituições públicas (Berg *et al.*, 2022). Inclusive, para além do nível nacional, Hamilton (2022) cita que o documento de referência no assunto da Organização Internacional do Comércio, o *Government Procurement Agreement* (GPA 2012), não menciona a questão da sustentabilidade diretamente.

Fernández-Pérez e Luque-Vílchez (2022) alertam sobre como práticas dissociadas de uma visão estratégia de longo prazo não produzem soluções para problemas comuns e, compras públicas, sobretudo a falta de métodos objetivos para a avaliação de critérios estabelecidos por políticas públicas. Alguns autores abordam a promoção de uma política (policy) clara e abrangente como necessidade premente para a construção de um ambiente que permita o engajamento efetivo dos atores envolvidos e a cooperação interinstitucional, diminuindo a assimetria da informação (CAO; LI; CAO, 2022).

4.3.2 Treinamento inadequado

Lopes e Caldeira-Pires (2023), em estudo sobre aspectos de sustentabilidade existentes nas licitações brasileiras, citam que o bom treinamento é essencial para garantir que seja mantido o foco nos aspectos ambientais e sustentáveis nas compras públicas no futuro.

No mesmo passo, Goiria e Amiano-Bonachea (2022) comentam que frequentemente há uma falta de conhecimento técnico a respeito de critérios a serem utilizados entre os tomadores de decisões e os indivíduos envolvidos nos processos de compras públicas.

Ao estudar a implementação de CPS no mercado de Tecnologia da Informação do Marrocos, El Hadadi (2021) menciona que plataformas e ferramentas digitais estão no cerne da mudança de alto potencial na instrumentalização dos processos de compras, mas não é suficiente apenas disponibilizar as ferramentas. É necessário explorá-las plenamente e treinar os usuários para capacitá-los ao uso destas.

4.3.3 Comunicação entre os atores

A transparência e a colaboração entre os diversos setores são fundamentais para construir confiança e promover um ambiente de trabalho produtivo. Essa necessidade afeta especialmente as CPS, visto que o processo de compra envolve a comunicação interna entre setores dos três níveis (estratégico, tático e, operacional); entre setores demandantes de produtos e executores das licitações; entre os burocratas e os fornecedores; entre a Administração e a sociedade, através da publicidade e transparência de seus atos; entre os órgãos subalternos e os órgãos de controle; entre outras instâncias (CASTRO; MASCENA, 2022).

Lopes e Caldeira-Pires (2023) apontam como “a imprecisão e a falta de clareza em relação aos aspectos ambientais e de sustentabilidade são, muitas vezes, consideradas como grandes barreiras ao seu avanço”. Behraves, Darnall e Bretschneider (2022) citam a cidade de Tempe, Arizona (EUA), onde, dentre outros fatores, a falta de diálogo com outros órgãos refreia a colaboração e a expansão do conhecimento.

Olsson, Öjehag-Pettersson e Granberg (2021) citam que há um “silêncio” destacado em sua pesquisa sobre o enquadramento da sustentabilidade como um assunto político/politizado. De fato, foram encontrados documentos relacionados à formulação de políticas públicas que questionavam a ideia de utilizar o mercado para promover a sustentabilidade, como consequência da “apolitização” do assunto.

4.3.4 Legislação difusa

A pauta de políticas públicas ainda está em construção, conseqüentemente o *corpus* legislativo também. Não sendo diferente, dispositivos legais que tratam acerca das compras públicas sustentáveis ainda carecem de aprimoramento. Nos diversos trabalhos lidos, a legislação foi encontrada como um dos elementos que dificulta a implementação de critérios de sustentabilidade nas licitações. Na Bulgária, inclusive, há a indicação de que a legislação vigente pode mesmo impedir a realização de CPS (DASKALOVA-KARAKASHEVA *et al.*, 2024).

Outro aspecto seria a falta de clareza e a rigidez das normas existentes, que criam barreiras para que gestores públicos adotem práticas mais sustentáveis. A esse respeito, Amalia *et al.* (2024) citam que na Indonésia há uma regulamentação incompleta ou ausência absoluta de instruções e diretivas dadas aos órgãos governamentais para planejar, operar,

gerenciar e avaliar as licitações. Tal omissão pode resultar num processo de compra que seja contrário aos princípios de sustentabilidade.

Na China, apesar de existir legislação específica para CPP desde 2002, esta ainda é insuficiente e falha em especificar quais são os critérios ambientais e sociais a serem julgados (ZHANG; ZHANG; DIJK, 2022). Essa mesma falha é mencionada por Lopes e Caldeira-Pires (2022), apontando inclusive que, no Brasil, o Tribunal de Contas da União, embora possua material informativo/didático publicado (Guia Nacional de Compras Sustentáveis), veda a exigência de compra de produtos com “selos verdes”, pois isso acabaria restringindo a competitividade.

4.3.5 Falta de recursos

Nas compras públicas, muitos compradores são levados a escolher entre responsabilidade social e economia de recursos, tomando decisões de compra que conflitam com os próprios princípios de sustentabilidade. Operar com um baixo orçamento leva a uma forte pressão para reduzir custos, sendo este fator o que geralmente define a escolha da proposta vencedora (MANTA *et al.*, 2022; BUCEA-MANEA-TONIS *et al.*, 2021).

De Rosa *et al.* (2023) apontam que a falta de recursos está entre os principais desafios enfrentados pelos municípios pesquisados. De fato, esta foi a experiência da maioria das instituições analisadas, demonstrando que, apesar da atuação de intermediárias no processo de promoção das práticas sustentáveis entre os gestores dificuldade de acesso devido ao custo de entrada no mercado de CPS, o qual se torna proibitivo para empresas menores, especialmente as familiares.

No campo da agricultura verde, Bucea-Manea-Tonis *et al.* (2021) apontam o fornecimento de subsídios direcionados ao tipo de investimento, impostos ambientais com variações de acordo com o tipo de cultura produzida e facilidade de crédito agrícola para investimentos como medidas importantes para serem implementadas. Além dos subsídios, organismos de regulação podem fornecer gratuitamente a documentação necessária e certificação de produção orgânica, além de estímulos das entidades públicas para promover feiras e exposições, bem como a promoção de certificados verdes para os produtos.

De Rosa *et al.* (2023) argumentam que intervenções bem exploradas podem ser uma solução para mobilizar o empreendedorismo rural, com o financiamento de organizações de produtores como ponte de inserção da produção aos sistemas das compras públicas verdes

e a cobertura dos custos de certificações de qualidade relativos às licitações públicas de alimentos.

4.3.6 Cultura organizacional

A implementação de critérios de sustentabilidade requer mudança de paradigmas, porém toda mudança organizacional é seguida por entraves e resistências. Couckuyt *et al.* (2023) citam a incerteza de que as medidas adotadas irão realmente impactar o ambiente. Essa incerteza marca não apenas a falta de treinamento, mas o desconhecimento, de uma forma geral, sobre como o comportamento organizacional afeta a sociedade. Até o tema em si evoca discussões acerca da sua veracidade, pois a agenda da sustentabilidade ainda encontra discussão política, disputando com pautas tradicionais, como crescimento econômico, o que leva à implementação de políticas de sustentabilidade “fracas” (OLSSON; ÖJEHAG-PETTERSSON; GRANBERG, 2021).

Os autores ainda citam que um dos efeitos disso é a colocação dos tecnocratas como agentes centrais de mudanças. Consequentemente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são reduzidos a um problema que se considera poder resolver apenas empregando conhecimento instrumental e soluções técnicas, quando na verdade o ideal seria uma reconstrução do *modus operandi*. Do mesmo modo, El Hadadi (2021) cita que o sucesso da utilização de CPSs depende não apenas do planejamento, mas acima de tudo é determinado pelas ações e crenças dos executores destas dentro da administração.

Mendonça, Pedrosa e Camara, (2021) indicam que a maior dificuldade em aplicar as mudanças se deve à mudança na cultura. Isso não apenas do lado do governo e seus servidores, mas também dos fornecedores, pois estes admitem que não há mercado preparado para compras públicas sustentáveis, ou quando existe é um porcionamento reduzido geralmente explorado por grandes companhias. A falta de uma cultura voltada à sustentabilidade, políticas econômicas desfavoráveis e a falta de alinhamento entre administração pública e empreendedores são fatores mencionados pelos fornecedores.

4.3.7 Tamanho da organização

O porte de uma organização exerce influência significativa no seu processo de compras públicas. Organizações maiores geralmente dispõem de mais recursos financeiros, o que facilita sua adesão aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis. Como o maior

consumidor, o Estado e seus gestores públicos têm o poder de educar e promover o consumo mais responsável.

Instituições com menor participação no processo de compras têm maior valor médio por contrato, fenômeno este possivelmente relacionado com a conquista de contratos por grandes empresas e o acesso limitado às Médias e Pequenas Empresas (MPEs) em sua jurisdição (MANTA *et al.*, 2022). Organizações menores também tendem a apresentar desorganização na gestão, como evidenciado nas barreiras reportadas nos produtores de culturas agrícolas (BUCEA-MANEA-TONIS *et al.*, 2021; DE ROSA *et al.*, 2023).

Como ponto comum, vários estudos destacam a promoção da participação das Pequenas e Médias Empresas no processo licitatório das compras públicas sustentáveis (BERG *et al.*, 2022; MANTA *et al.*, 2022; DE ROSA *et al.*, 2023; PÁLENÍKOVÁ *et al.*, 2022).

4.3.8 Limitações técnicas

As limitações técnicas nas CPS envolvem tanto limitações de software e tecnologias apropriadas para gerenciar a complexidade das licitações com critérios sustentáveis quanto a dificuldade de acesso técnico de pequenas organizações para participar de tais processos. Esta barreira acaba, então, enfraquecendo o potencial das CPS de gerar impactos mais amplos e inclusivos. Em algumas organizações, a precariedade de infraestrutura e a escassez de recursos resultam em práticas e ferramentas insuficientes. Isso cria barreiras tecnológicas, que dificultam o gerenciamento de soluções tecnológicas muitas vezes exigidas para operar em um canal com os requisitos das CPS (BERG *et al.*, 2022; DE ROSA *et al.*, 2023)

Giamberardino, Gadda e Nagalli (2024) examinam as limitações técnicas enfrentadas na implementação das CPS, enfatizando a adoção da tecnologia blockchain para a solução de problemas complexos no setor público. O uso dessa tecnologia tem o potencial de melhorar a transparência, segurança e rastreabilidade nas contratações, facilitando a incorporação de critérios ambientais nos processos de compra, desde que amparados por um ambiente regulatório favorável e aspectos tecnológicos confiáveis.

Lozano, Santos e Barreiro-Gen (2022) criticam os métodos tradicionais de abordagens disciplinares únicas na pesquisa das CPS. Os autores utilizam a hermenêutica como método de análise, útil para a interpretação de fenômenos sociais complexos, o que inclui as CPS; a abordagem holística proporcionada pela hermenêutica seria então capaz de proporcionar uma compreensão mais profunda e crítica dos elementos sistemáticos que

compõem a dinâmica das CPS. Para a operacionalização deste fim, é proposto o "*Harmonic SPP Framework*", a fim de promover uma colaboração mais eficiente dos atores envolvidos e oferecer uma visão integrada de todas as dimensões da sustentabilidade. Ao incorporar a colaboração de diferentes stakeholders, como sociedade civil, academia e setor privado, o modelo amplia a interação e o escopo das CPS, buscando transformar o processo em algo mais circular e colaborativo, em oposição ao processo linear tradicional.

4.4 Possíveis soluções

Após a análise das barreiras que permeiam a implementação de critérios de sustentabilidade nas compras públicas, alguns autores propuseram soluções para estes problemas. É importante ressaltar que nem todos os autores realizaram essa sugestão, posto que alguns apenas se propuseram a identificar os entraves. Outros não traziam uma solução pontual, mas realizavam revisão de literatura (MOLIN; MARTIN; BJÖRKLUND, 2021) ou tratamento e apresentação de dados (GOIRIA, 2022) ou ainda apresentavam um framework ou modelo de implementação que garantiria sucesso contra as barreiras identificadas (LOZANO; SANTOS; BARREIRO-GEN, 2022; GIAMBERARDINO *et al.*, 2022). Algumas das soluções apresentadas são as que se seguem na figura 5.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs realizar uma revisão sistemática com o tema de Compras Públicas Sustentáveis. Para responder às perguntas norteadoras inicialmente propostas, utilizou-se como metodologia o protocolo Prisma 2020, realizando buscas por termos-chave e aplicando os filtros relevantes nas bases de dados Scopus e Web of Science. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados 27 artigos para a composição do *corpus* de pesquisa, classificando o conteúdo destes em categorias de análise que refletem os diferentes desafios para a implementação eficiente das CPS.

Foi observado que, apesar de todas as especificidades das organizações, desde órgãos públicos, empresas e entidades, localizados em países diferentes, sob legislações e culturas diferentes, existem desafios comuns que se apresentam aos atores dos processos licitatórios que contemplam a sustentabilidade como diretriz. Além disso, algumas barreiras são mais recorrentes na literatura que outras.

Figura 5: Soluções propostas

Barreiras	Soluções Propostas	Autores
Estratégia Oficial	Monitoramento das CPS seja feito de modo que, em conjunto com as políticas e normas de procedimento, seja também desenvolvida uma definição clara de estratégia, com indicadores plenamente estabelecidos	Páleníková et al., 2022
	Promoção de uma política (<i>policy</i>) clara e abrangente. Melhorar o conhecimento e aumentar a conscientização sobre CPS, que são identificados como as principais barreiras à implementação das CPS.	Cao; Li; Cao, 2022
Treinamento inadequado	Participação de servidores públicos nos debates a respeito de elaboração de critérios de sustentabilidade, ligada ao treinamento e a práticas de gestão de recursos humanos.	Lopes e Caldeira-Pires, 2023
	Capacitar Centros de Compras Públicas em questões como análise de ciclo de vida, critérios de sustentabilidade em licitações, padrões "verdes" internacionais e informação gerencial.	Zhang; Zhang; Dijk, 2022
Comunicação entre os atores	A construção de relações entre mercado e administração.	Olsson; Öjehag-Pettersson; Granberg, 2021
	Engajamento e participação ativa de todos os agentes de inovação dos setores sociais e econômicos no gerenciamento dos serviços públicos.	Arce, 2022
Legislação difusa	Criar modelos e estratégias flexíveis que possam se adaptar a mudanças legislativas enquanto mantenham efetividade das iniciativas em CPS.	Daskalova-Karakasheva, 2024
	O governo deve ser implementador de regulação e diretrizes mais detalhados, melhorando o corpo legal.	Amalia et al., 2024
Falta de recursos	Regulação e fornecimento de subsídios, estimulando redução nos preços de mercado dos produtos sustentáveis.	Bucea-Manea-Tonis et al., 2021
	Financiar organizações de produtores para criar uma massa crítica de produção que seja capaz de entrar no sistema GPP, bem como subsidiar os custos de certificação para reduzir a dificuldade em adotar os critérios ambientais mínimos fornecidos pelas licitações públicas de alimentos.	De Rosa et al., 2023
Cultura organizacional	Necessidade de envolvimento das autoridades, produtores e consumidores para mudança comportamento, a ser iniciada pelo governo através de políticas de desenvolvimento financiadas por dinheiro público, utilizando o sistema de compras públicas.	Manta et al., 2022
	Destacar a ética como componente integrativo das práticas sustentáveis, evidenciando a relevância. A adoção das CPS não se limita a questões técnicas ou econômicas, mas envolve também um comprometimento cultural e comportamental.	Mendonça; Pedrosa; Camara, 2021
Tamanho da Organização	Esforço ativo de incentivo ao suporte mútuo entre as organizações, compartilhamento de conhecimentos e melhores práticas.	Berg et al., 2022
	Promover associações de produtores como forma de impulsionar modelos alternativos de empreendedorismo.	De Rosa et al., 2023
Limitações técnicas	Proposta de um <i>framework</i> capaz de gerenciar de forma mais eficiente os dados e critérios ambientais nas licitações, com uso da tecnologia blockchain nas contratações públicas sustentáveis de obras rodoviárias.	Giamberardino; Gadda; Nagalli, 2024
	Visão Holística e uso do modelo Harmonic SPP Framework, criado pelos atores	Lozano; Santos; Barreiro-Gen; 2022

Fonte: elaborado pelos autores

Contudo, cabe aqui ressaltar que um maior interesse de análise dos pesquisadores a determinados tópicos não significa necessariamente que estas sejam as barreiras de maior incidência nas instituições.

Verificou-se também que as soluções sugeridas pelos autores dos artigos são específicas para as dificuldades estudadas, não podendo ser generalizadas. Especificidades culturais, técnicas, de pessoal, de orçamento, caracterizam vieses únicos de soluções que

difícilmente podem ser generalizadas. Ainda assim, é possível propor *frameworks* para tipos de processos licitatórios específicos, como foi verificado em alguns estudos abordados (LOZANO; SANTOS; BARREIRO-GEN, 2022 E GIAMBERARDINO; GADDA; NAGALLI, 2024).

Espera-se que este trabalho contribua de forma significativa: para os gestores de processos, de maneira que possam identificar e solucionar mais facilmente as barreiras encontradas; e para a literatura, oferecendo uma compilação de estudos recentes com parâmetros classificatórios de categorias de análise, facilitando a compreensão sobre o tema. A análise sistemática desses estudos fornecerá uma visão mais clara e detalhada sobre a interação entre as categorias, ajudando a destacar os aspectos prioritários e as melhores práticas que podem ser adotadas para fortalecer as CPS. Como sugestões para trabalhos futuros, recomenda-se que as pesquisas explorem outras fontes de dados e ampliem as categorias de análise, incorporando novos contextos e variáveis que aprofundem o conhecimento sobre os desafios e as estratégias para superar as limitações na aplicação das CPS.

REFERÊNCIAS

ABIDDIN, N. Z; AKINYEMI, G. The Intersection Between E-Tax Administration, Sustainable Public Procurement and Sustainable Public Performance: A Review Conceptual Framework. **Journal of Lifestyle and SDGs Review**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. e02328-e02328, 2024. DOI <https://doi.org/10.47172/2965-730X.SDGsReview.v4.n02.pe02328>. Disponível em: <https://www.sdgsreview.org/LifestyleJournal/article/view/2328>. Acesso em: 10 out. 2024.

AMALIA, R *et al.* Enhancing the Legal Framework for Sustainable Public Procurement: A Comprehensive Sustainable Development Plan for Indonesia. **UUM Journal of Legal Studies**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 505–527, 2024. DOI <https://doi.org/10.32890/uumjls2024.15.2.5>. Disponível em: <https://e-journal.uum.edu.my/index.php/uumjls/article/view/16182>. Acesso em: 10 out. 2024.

ARCE, V. M. A. La Agenda 2030 y el compromiso de las administraciones y entidades del sector público por el desarrollo de políticas públicas sostenibles. **Cooperativismo e economía social**, [s. l.], v. 44, p. 53-80, 2023. DOI <https://doi.org/10.35869/ces.v0i44.4371>. Disponível em: <https://revistas.uvigo.es/index.php/CES/article/view/4371>. Acesso em: 10 out. 2024.

ARCE, V. M. A. Socially sustainable public procurement: the cooperative model as an alternative. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo International Association of Cooperative Law Journal**, [s. l.], n. 60, p. 47-82, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18543/baidc.2389>. Disponível em: <https://baidc.revistas.deusto.es/article/view/2389>. Acesso em: 24 de out. 2024.

BEHRAVESH, Shirley-Ann; DARNALL, Nicole; BRETSCHEIDER, Stuart. A framework for understanding sustainable public purchasing. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 376, p. 134122, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2022.134122>. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652622036940>. Acesso em: 16 out. 2024.

BERG, A *et al.* Developing together: the Finnish way of promoting sustainable public procurement. **Journal of Public Procurement**, [s. l.], v. 22, n. 4, p. 245-264, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/JOPP-11-2021-0072>. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/jopp-11-2021-0072/full/html>. Acesso em: 10 out. 2024.

BOSIO, E.; DJANKOV, S. How Large is Public Procurement? *In: WorldBank Blogs*, [s. l.], 5 fev. 2020. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/en/developmenttalk/how-large-public-procurement>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BRAMMER, S; WALKER, H. Sustainable procurement in the public sector: an international comparative study. **International journal of operations & production management**, [s. l.] v. 31, n. 4, p. 452-476, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1108/01443571111119551>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/01443571111119551/full/html?src=recsys>. Acesso em: 15 set. 2024.

BUCEA-MANEA-TONIS, R. *et al.* Green and Sustainable Public Procurement — An Instrument for Nudging Consumer Behavior. A Case Study on Romanian Green Public Agriculture across Different Sectors of Activity. **Sustainability**, [s. l.], v. 13, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13010012>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/1/12>. Acesso em: 24 out. 2024.

CAO, F; LI, R; CAO, X. Implementation of sustainable public procurement in China: An assessment using quantitative text analysis in large-scale tender documents. **Frontiers in Environmental Science**, [s. l.], v. 10, p. 947962, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3389/fenvs.2022.947962>. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/environmental-science/articles/10.3389/fenvs.2022.947962/full>. Acesso em: 10 out. 2024.

CARANTA, R. Sustainability takes centre stage in public procurement. **Ruch Prawniczy, Ekonomiczny i Socjologiczny**, [s. l.], v. 85, n. 1, p. 41-54, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14746/rpeis.2023.85.1.05>. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1122414>. Acesso em: 10 out. 2024.

CASTRO, M. C. A. M; MASCENA, K. M. C. A influência dos stakeholders no processo de compra pública sustentável em uma instituição de ensino superior. In: ENCONTRO DA ANPAD, 46., 2022, on-line. Anais eletrônicos Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. - EnANPAD 2022. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 10 out. 2024.

COUCKUYT, Dries *et al.* Green Policymaking in Japanese Municipalities: An Empirical Study on External and Internal Contextual Factors. **Sustainability**, [s. l.], v. 15, n. 9, p. 7449, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su15097449>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/15/9/7449>. Acesso em: 10 out. 2024

COSTA, D; SILVA, G. J. C; ASSUNÇÃO, M. A. **Scopus vs. Web of Science: uma avaliação comparativa das principais bases de dados para a pesquisa acadêmica**. Cadernos do FNDE, v. 4, n. 09, p. e0982-e0982, 2023.

DASKALOVA-KARAKASHEVA, M. *et al.* Ensuring Sustainability: Leadership Approach Model for Tackling Procurement Challenges in Bulgarian Higher Education Institutions. **Administrative Sciences**, [s. l.], v. 14, n. 9, p. 218, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/admsci14090218>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-3387/14/9/218>. Acesso em: 10 out. 2024.

DE ROSA, M *et al.* Sustainable public procurement and constrained agricultural entrepreneurship. **AIMS Agriculture & Food**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 585–597, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3934/agrfood.2023032>. Disponível em: https://iris.unicas.it/bitstream/11580/100465/1/10.3934_agrfood.2023032.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

EL HADDADI, T. *et al.* Automatic analysis of the sustainability of public procurement based on Text Mining: The case of the Moroccan ICT markets. **Cleaner and Responsible Consumption**, [s. l.], v. 3, p. 100037, 2021. DOI <https://doi.org/10.1016/j.clrc.2021.100037>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666784321000310>. Acesso em: 16 out. 2024.

ELSEVIER. **Official Blog for Scopus**. 2024. Disponível em: <https://blog.scopus.com/about>. Acesso em: 10 de out. de 2024.

FERNÁNDEZ-PÉREZ, R; LUQUE-VÍLCHEZ, M. Public administration accountability on the social pillar of sustainable procurement: a documentary analysis. **Spanish Journal of Finance and Accounting/Revista Española de Financiación y Contabilidad**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 1-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/02102412.2022.2145008>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02102412.2022.2145008>. Acesso em: 10 out. 2024.

FRITZ, M. M. C.; SILVA, M.; TOUBOULIC, A. Practicing sustainability in operations and supply Chain management. **Supply chain forum**, [s. l.], v. 23, n. 4, p.323-328, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/16258312.2022.2138160> Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/16258312.2022.2138160>. Acesso em: 15 out. 2024.

GIAMBERARDINO, G. G; GADDA, T. M. C; NAGALLI, A. Uso da tecnologia blockchain nas contratações públicas sustentáveis de obras rodoviárias. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 58, n. 3, p. e2023-0073, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220230073> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/yvbxmSpQcxS3pMyjyKwCpVM/>. Acesso em: 15 out. 2024

GIAMBERARDINO, G. G *et al.* Modelo conceitual de critérios ambientais para contratação pública de obras rodoviárias federais. **Revista de Administração Pública**, [s. l.] v. 56, n. 6, p. 843-856, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220114>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/yB9YpgwHD5K4rXDcf3jRt/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

GOIRIA, J. G; BONACHEA, I. A. The role of public procurement in the framework of the 2030 Agenda: the approach of institutions and civil society. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)**, [s. l.], v. 4, n. 16, p. 9, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15304/ricd.4.16.8331>. Disponível em: <http://agora.edu.es/servlet/articulo?codigo=8745989>. Acesso em: 10 out. 2024.

GOUVÊA, A. L *et al.* Índice H dos pesquisadores brasileiros: um olhar comparativo entre as bases de dados WoS, Scopus e Google Scholar. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 11, n. 5, p. e13711527832-e13711527832, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.27832>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/27832>. Acesso em: 9 nov. 2024.

HAMILTON, S. G. Public procurement—price-taker or market-shaper?. **Critical Perspectives on International Business**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 574-615, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/cpoib-08-2020-0116>. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/cpoib-08-2020-0116/full/html>. Acesso em: 29 de out. 2024.

JIMENEZ, J. M; LOPEZ, M. H; ESCOBAR, S. E. F. Sustainable public procurement: From law to practice. **Sustainability**, [s. l.] v. 11, n. 22, p. 6388, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3390/su11226388>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/11/22/6388>. Acesso em: 20 out. 2024.

LACERDA, R. T. O; ENSSLIN, L; ENSSLIN, S. R. **Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. Gestão & Produção**, [s. l.], v. 19, p. 59-78, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2012000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/sKh5wfCCGv68fdRP8GStLXC/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2024

LI, Runyu; CAO, Fuguo. The impact of sustainable public procurement on corporate ESG performance — The Chinese evidence. **Plos one**, [s. l.], v. 18, n. 10, p. e0292286, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0292286>. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0292286>. Acesso em: 15 out. 2024.

LOZANO, Rodrigo; SANTOS, Felipe; BARREIRO-GEN, Maria. Developing a harmonic sustainable public procurement framework. **Environment, Development and Sustainability**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 2291-2306, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-022-02818-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-022-02818-1>. Acesso em: 20 out. 2024.

MANTA, O. *et al.* Public procurement, a tool for achieving the goals of sustainable development. **Amfiteatru Economic**, [s. l.], v. 24, n. 61, p. 861-876, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.24818/EA/2022/61/861>. Disponível em:
<https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1054401>. Acesso em: 15 out. 2024.

MENDONÇA, R. CA; PEDROSA, I. V.; CAMARA, M. A. A. Sustainable public procurement in a Brazilian higher education institution. **Environment, Development and Sustainability**, [s. l.], v. 23, n. 11, p. 17094-17125, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01345-9>. Disponível em:
<https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-021-01345-9>. Acesso em: 15 out. 2024.

MOLIN, E; MARTIN, M; BJÖRKLUND, A. Addressing sustainability within public procurement of food: a systematic literature review. **Sustainability**, [s. l.], v. 13, n. 23, p. 13395, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su132313395>. Disponível em:
<https://www.mdpi.com/2071-1050/13/23/13395>. Acesso em: 15 out. 2024

MONTALBÁN-DOMINGO, L *et al.* Study of social and environmental needs for the selection of sustainable criteria in the procurement of public works. **Sustainability**, [s. l.], v. 12, n. 18, p. 7756, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12187756>. Disponível em:
<https://www.mdpi.com/2071-1050/12/18/7756>. Acesso em: 10 out. 2024.

OLSSON, D; ÖJEHAG-PETTERSSON, A; GRANBERG, M. Building a sustainable society: construction, public procurement policy and ‘best practice’ in the European Union. **Sustainability**, [s. l.], v. 13, n. 13, p. 7142, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13137142>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/13/7142>. Acesso em: 10 out. 2024.

ONU - Organização Das Nações Unidas. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 23 de out. 2024.

PAGE, Matthew J. Page *et al.* **A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas**. Traduzido por: GALVÃO, Taís Freire; TIGUMAN, Gustavo Magno. Revista do SUS, 2022.

PÁLENÍKOVÁ, M *et al.* Implementation of Sustainable Public Procurement in the Rail Transport in the Czech Republic and a Comparison with the Other Members of the Visegrad Group. **NISPAcee Journal of Public Administration and Policy**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 167-199, 2022. DOI: <https://doi.org/10.2478/nispa-2022-0008>. Disponível em:
<https://intapi.sciendo.com/pdf/10.2478/nispa-2022-0008>. Acesso em: 10 out. 2024.

PEREZ, E. F *et al.* Evaluation model to aid the management of sustainable procurement in Brazilian federal higher education institution: a case study. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 73, n. 2, p. 219-244, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v73.i2.4622>. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/591074126.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

REJEB, A *et al.* Mapping the knowledge domain of green procurement: a review and bibliometric analysis. **Environment, Development and Sustainability**, [s. l.], v. 26, p.30027–30061, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-023-03948-w>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-023-03948-w>. Acessado em: 15 out. 2024.

ROSSET, A. C. S; FINGER, A. B. Compras públicas sustentáveis: uma revisão sistemática da pesquisa brasileira. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, [s. l.], v. 7, n. 3, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.13059/racef.v7i3.412>. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Andrew-Finger/publication/313878505_Compras_publicas_sustentaveis_uma_revisao_sistemica_da_pesquisa_brasileira/links/58acdaef4585155ae77adc01/Compras-publicas-sustentaveis-uma-revisao-sistemica-da-pesquisa-brasileira.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

SANTOS, A. L. T; REIS, A. C. Tendências teóricas do Gerenciamento de riscos em compras públicas sustentáveis: uma análise bibliométrica a partir das bases Scopus e Web of Science. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [s. l.], v. 15, p. e02733-e02733, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v15i2.2733>. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/dda51a3600e4e3c833a6d83e607d1604/1?cbl=2031968&pq-origsite=gscholar>. Acesso em: 20 out. 2024.

SANTOS, A; SCOTELANO, L; REIS, A. Compras Públicas Sustentáveis Sob a Ótica do Triple Bottom Line: Uma Análise Bibliométrica a Partir de Bases Internacionais. **Revista Gestão & Sustentabilidade**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36661/2596-142X.2024v6n1.14361>. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RGES/article/view/14361>. Acesso em 12 set. 2024.

SANTOS, R. C. Contestando a norma do desenvolvimento sustentável: a participação do ‘Grupo Diálogo Inter-religioso’ na Conferência Rio-92. **Perspectivas Sociais**, v. 10, n. 02, p. 153-176, 19 dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.15210/rps.v10i02.26854>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/26854>. Acesso em: 28 mar. 2025

SILVA, E. J. B *et al.* **Mobilidade Urbana no Brasil**: uma Revisão Sistemática da Literatura. In: ANAIS do Primeiro Congresso Internacional e Segundo Congresso Nacional em Administração Pública da Rede Nacional PROFIAP. Maceió (AL) Maceió Atlantic Suites, 2023. Disponível em: <http://www.even3.com.br/anais/1CiAP-PROFIAP2023>. Acesso em: 06 de março de 2025.

SOUZA, A. C. M; XAVIER, L. S; MELLO, J. A. V. B. Compras Públicas Sustentáveis: Uma Revisão Sistemática. *Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 13, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18224/baru.v7i1.8726>. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/e8726>. Acesso em: 01 out. 2024.

TORRES-PRUNONOSA, J. *et al.* The Intellectual Structure of Social and Sustainable Public Procurement Research: A Co-Citation Analysis, **Sustainability**, [s. l.], v.13, n. 12, p774, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/su13020774>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/2/774>. Acesso em: 10 out. 2024.

ZHANG, M; ZHANG, L; VAN DIJK, M. P. Managing Sustainable Public Procurement: A Nationwide Survey in China. **Sustainability**, [s. l.] v. 14, n. 19, p. 11955, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/su141911955>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/19/11955>. Acesso em: 15 out. 2024.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

BEZERRA, E. A; SANTOS, V. H. S; OLIVEIRA, R. C. R; MARTINS, M. S. G. Compras Públicas Sustentáveis: Uma Revisão Sistemática sobre Barreiras e Soluções. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 1, art. 2, p. 28-53, jan. 2026.

Contribuição dos Autores	E. A. Bezerra	V. H. S. Santos	R. C. R. Oliveira	M. S. G. Martins
1) concepção e planejamento.	X	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X		
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X